



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço de trabalho oferecido pelo Presidente da França, Jacques Chirac

Evian – França, 01 de junho de 2003

Companheiros chefes de Estado e de Governo,

Minhas primeiras palavras são de agradecimento à iniciativa do presidente Jacques Chirac.

O diálogo dos países mais ricos do mundo com os países em desenvolvimento é, hoje, mais necessário do que nunca.

Temos que trabalhar juntos. A solução de nossos problemas passa necessariamente pelo respeito às nossas diferenças.

Venho de um país que se encontra hoje mobilizado por uma energia ético-política extraordinária, tanto para enfrentar nossos problemas internos como para estabelecer novas e mais construtivas parcerias internacionais.

A pobreza e a miséria que atingem milhões de homens e mulheres no Brasil, na América Latina, na África e na Ásia, nos obrigam a construir uma nova aliança contra a exclusão social.

Estou convencido de que não haverá desenvolvimento econômico sem sustentabilidade social e que, sem ambos, teremos um mundo cada vez mais inseguro. É nesse espaço de desagregação social que prosperam os ressentimentos, a criminalidade e, em especial, o narcotráfico e o terrorismo.

Quero lhes falar de forma simples e direta: venho lhes propor ações coletivas, responsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo.

A fome não pode esperar. É preciso enfrentá-la com medidas emergenciais e estruturais.

Se todos assumirmos nossas responsabilidades, criaremos um ambiente de



maior igualdade e de oportunidades para todos.

A economia mundial está dando sinais preocupantes de retração. Os problemas sociais, como o desemprego, inclusive nos países ricos, estão se agravando cada vez mais.

Estou seguro que um dos objetivos desta reunião do G8 é buscar caminhos para que a economia volte a crescer. Precisamos de uma nova equação, que permita a retomada do crescimento e inclua os países em desenvolvimento.

A incorporação dos países em desenvolvimento à economia global passa necessariamente pelo acesso, sem discriminação, aos mercados dos países ricos.

Fizemos um enorme esforço e sacrifício para conquistar competitividade. Mas como competir livremente em meio à guerra de subsídios e outros mecanismos de proteção, que criam uma verdadeira exclusão comercial?

Não viemos aqui para nos lamentar, nem simplesmente para engrossar o coro das recriminações. Sabemos quais são nossas responsabilidades.

Estamos fazendo a nossa parte, executando políticas econômicas equilibradas, combatendo o desperdício e a corrupção, aprimorando as instituições para o bom funcionamento de nossas economias.

Temos demonstrado vontade política para combater os desequilíbrios sociais e a pobreza.

Estamos fazendo isso no Brasil com democracia e pluralismo, sem fundamentalismos, com cautela e firmeza. Estamos organizando nossas finanças e recuperando a estabilidade para crescer de modo sustentado.

Mas sabemos que organizar e dar estabilidade à nossa economia é tarefa necessária, mas não suficiente. Precisamos forjar um novo paradigma de desenvolvimento, que combine estabilidade financeira com crescimento econômico e justiça social.

Hoje, queremos crescer com financiamento sustentável, distribuindo renda e fortalecendo a democracia.

Nenhuma teoria, por mais sofisticada que seja, pode ficar indiferente à miséria



e à exclusão.

Olhando a história contemporânea, sobretudo nos períodos que se seguiram a graves crises econômicas e sociais, vejo que o desenvolvimento deu-se a partir de profundas reformas sociais. Essas reformas incorporaram milhões de homens e mulheres à produção, ao consumo e à cidadania, e criaram um novo e prolongado dinamismo econômico.

Foi assim nos Estados Unidos a partir dos anos 30. Foi assim no pós Segunda Guerra, na Europa.

O Brasil e muitos países em desenvolvimento fizeram, na última década, o esforço exigido pelas estratégias econômicas predominantes. Mas não houve avanços importantes no combate à exclusão social. Ao contrário, onde o fundamentalismo imperou, não se alcançou a prometida estabilidade econômica. Aumentaram o desemprego, a fome e a miséria. Nossos sistemas produtivos não conquistaram espaços no comércio mundial correspondentes aos nossos sacrifícios. A falta de democracia econômica e social ameaçou a democracia como um todo.

Não queremos o olhar piedoso dos países ricos. Necessitamos de soluções estruturais, que devem fazer parte de um conjunto de mudanças na economia mundial.

Esperamos coerência de nossos parceiros mais ricos.

Vejo, com preocupação, as resistências na OMC para remover subsídios bilionários, principalmente à agricultura. Questões prioritárias, como a do acesso a medicamentos, são proteladas.

Essas atitudes não são construtivas e só aumentam o ceticismo em relação às boas intenções e à sabedoria dos mais prósperos.

Temos que definir responsabilidades, o que implica também novas tarefas para os países em desenvolvimento. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem executar políticas mais solidárias e generosas em favor nas nações mais necessitadas.

É isso que o Brasil está fazendo no plano regional.



Meu governo quer fortalecer o Mercosul e promover a integração da América Latina. Como afirmou o presidente Kirchner, da Argentina, são projetos estratégicos e políticos, orientados para a melhoria das nossas condições de vida.

Sei que aqui vai se discutir o NEPAD. De nossa parte, com a África, que visitarei em agosto próximo, vamos ampliar a cooperação especialmente em setores como saúde, educação, qualificação profissional e infra-estrutura.

Os países da América Latina e do Caribe, que integram o Grupo do Rio, na recente cúpula de Cuzco, incumbiram o presidente Vicente Fox, do México, e a mim, para que fôssemos seus porta-vozes, aqui em Evian.

Lá foram discutidos mecanismos inovadores de financiamento para combater a pobreza e investir em infra-estrutura. Recomendo a meus colegas aqui presentes a leitura atenta dessas propostas.

A fome é uma realidade intolerável. Sabemos que existem plenas condições para superar esse flagelo.

Minha proposta – antecipada em Porto Alegre e Davos – é que seja criado um fundo mundial capaz de dar comida a quem tem fome e, ao mesmo tempo, criar condições para acabar com as causas estruturais da fome.

É o que estamos começando a fazer no Brasil.

Há várias formas para gerar recursos para um fundo dessa natureza. Dou dois exemplos. O primeiro é a taxação do comércio internacional de armas – o que traria vantagens do ponto de vista econômico e ético. Outra possibilidade é criar mecanismos para estimular que os países ricos reinvestam, nesse fundo, percentagem dos juros pagos pelos países devedores.

Alguns países desenvolvidos têm apresentado propostas para enfrentar esse problema. São iniciativas válidas, que merecem ser consideradas.

Caros colegas,

O multilateralismo representa, no plano das relações internacionais, um avanço comparável ao da democracia, em termos nacionais. Valorizá-lo é obrigação de toda nação comprometida com o progresso da civilização, independentemente de



sua dimensão econômica e de seu peso político e militar.

Temos que manter o diálogo, ampliando-o em bases duradouras e não de forma episódica. Isso se aplica ao G-8 e ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A expectativa do Brasil é de que os países do G-8 tornem-se verdadeiros aliados no combate à fome e à exclusão social, e na retomada da cooperação internacional para o desenvolvimento, indispensável para a segurança e a paz.

Minha vida e trajetória política me fazem crer que as causas justas são vitoriosas quando há vontade, diálogo e negociação.

Para que este inédito encontro em Evian atenda aos anseios legítimos de nossos povos – no Sul e no Norte – temos que demonstrar, acima de tudo, determinação no combate às desigualdades sociais.

Muito obrigado.